

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

**A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de
Estado (1909-1939)**

Fábio Rogério Cassimiro Correa

A trajetória do BCHASP/Banespa: de banco do café ao banco de Estado (1909-1939)

Fábio Rogério Cassimiro Correa¹

RESUMO

O Banco do Estado de São Paulo (Banespa) foi uma das mais importantes instituições bancárias do Brasil, cuja origem relaciona-se ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP), banco de capital francês constituído com garantias de juros em 1909 para financiar cafeicultores. A criação do BCHASP foi parte de um conjunto de medidas planejadas para combater os efeitos da resseção cafeeira (1896 - 1906) e colocadas em prática junto no contexto da primeira intervenção no mercado cafeeiro (1906 - 1914). O BCHASP foi encampado pelo governo do estado em 1926 e transformado no Banespa, que passou a atuar como braço financeiro do Programa de Defesa Permanente do Café e, posteriormente, tornou-se o agente financeiro do Estado.

Palavras-chaves: Crédito Hipotecário – Crédito Agrícola - Cafeicultura

ABSTRACT

The Banco do Estado de São Paulo was one of the most important bank institutions of the Brazil. It's origin was related with the Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, incorporated by the french capital in 1909, with the guarantee of the government estate rate interest, to concede long-term credit to the coffee producers. The creation of the BCHASP was part of a range of planned measures arranged to combat the effects of the coffee recession between 1896 – 1906 and putting in practice in the first intervention in the coffee market. The São Paulo Estate Bank was taken over by the government in 1926 e converted to Banespa, working like a financial branch of the Permanent Program of Coffee Defense, and lately, became the financial Estate agent.

Keywords: Mortgage credit - Agricultural credit - Coffee

¹ Doutorando em História Econômica, USP.

Introdução

A história do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP) esteve relacionada às propostas de valorização do café, desde o surgimento dos primeiros projetos neste sentido, que datavam de 1896 (CORREA, 2012), até o estabelecimento do Programa de Valorização Permanente, em 1926. O BCHASP foi constituído como um banco privado, subsidiado pelo governo estadual, para executar a política de auxílios à lavoura, conforme fora previsto na Lei 866, de 7 de abril de 1903, a mesma lei que autorizou o estado de São Paulo a firmar um convênio com os demais estados produtores para à manutenção dos preços do café, possibilitando a assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906.

Todas essas medidas que seriam colocadas em prática a partir de 1906, quando, diante da expectativa de uma safra excepcional de café – algo em torno de 14 milhões de sacas de café, mas que acabou atingindo 22 milhões – num momento em que o consumo mundial não ultrapassava 10 milhões de sacas. Ao longo de 1906 o governo paulista também colocaria em prática outras medidas previstas na lei de 1903, como o auxílio aos Bancos de Custeio Rural, uma rede de cooperativas de crédito que chegou a se estabelecer em 48 municípios do estado²; iniciando, ao mesmo tempo, as negociações com o capital francês para a incorporação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo.

Os Bancos de Custeio Rural ficaram encarregados da concessão de adiantamentos a pequenos e médios fazendeiros, mediante o penhor da colheita, enquanto que o Banco Hipotecário deveria conceder empréstimos de valores monetários maiores, de longo prazo, destinados, principalmente, ao incremento da produção³.

O BCHASP realizava tais operações com recursos captados por meio do lançamento de debentures no mercado de crédito europeu. Entretanto, durante a década de 1920, em virtude da crise do pós-guerra, o banco perdeu o acesso ao mercado de crédito europeu e foi socorrido pelo Estado em diversas ocasiões. Em 1926, o banco teve o seu capital nacionalizado e foi encampado pelo governo estadual, mudando o seu nome para Banco do Estado de São Paulo (Banespa), tornando-se a partir de então o

²Estes bancos foram objeto de nossa dissertação de mestrado (Corrêa, 2012 e 2014).

³Há indícios de que seus mutuários consistiam nos maiores fazendeiros, que nas localidades atuavam como capitalistas e negociantes de café, constituindo-se nos principais credores da lavoura. Cf. Rodrigo Fontanari e Rodrigo da Silva Teodoro

braço financeiro do recém-criado Instituto do Café do Estado de São Paulo, órgão responsável pela execução do Programa de Valorização Permanente do Café, mediante estocagem do café em armazéns oficiais.

De fato, enquanto nas intervenções anteriores a de 1926 eram as firmas exportadoras quem controlavam a comercialização dos estoques, auferindo, desse modo, lucros extraordinários. A partir da valorização permanente o ICESP passou a disponibilizar armazéns para o depósito de café feito diretamente por fazendeiros e negociantes, enquanto isso, o Banespa oferecia aos depositantes a oportunidade de obter adiantamentos tendo como garantia a mercadoria depositada.

Desde 1896, discutia-se que a ausência de mecanismos apropriados de financiamento fosse uma das principais causas da submissão da cafeicultura à especulação, como discorreu longamente Joaquim Franco de Lacerda (1897). Isso porque os adiantamentos concedidos por comissários aos cafeicultores, nem sempre apresentavam condições vantajosas, além de se restringirem, grandemente, diante da perspectiva de retrações e crises, ocasiões em que os produtores eram forçados, pelas circunstâncias, a vender rapidamente os estoques para saldar as contas da colheita⁴. Desse modo, a valorização deveria atender a duas expectativas: a “defesa econômica”, que consistia na regulação da oferta, e a “defesa financeira” que, nas palavras de Júlio Prestes, presidente do estado em 1928, [...] *ficou a cargo do Banco do Estado que para atender a essas necessidades foi remodelado a fim de desempenhar o papel relevantíssimo que lhe foi reservado*⁵.

Parte da bibliografia que abordou o Banespa não faz referência ao período anterior à estatização, mas existem constantes referências pontuais ao Banespa na historiografia econômica, principalmente devido o papel que ele desempenhou na valorização permanente. Delfim Netto (1981) foi um dos primeiros autores a ressaltar o papel do banco na viabilização da operação, muita bem-sucedida, que logrou arrecadar de lançando de debêntures títulos no mercado de capitais de Londres, em 1927. Flávio Azevedo Marques de Saes (1986B: 127-9), entretanto, foi um dos primeiros autores a considerar o Banco do Estado como continuação do Banco de Crédito Hipotecário, inserindo-o no quadro dos repetidos fracassos de bancos subsidiados pelo Estado, interpretando a conversão do BCHASP em Banespa como uma liquidação disfarçada de

⁴ *O Commercio de São Paulo*, 1/10/1896, “Congresso Agrícola”.

⁵ São Paulo, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1928, pelo Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo*. São Paulo: s/n, 1928.

nacionalização/estatização. Enquanto que Fernando Nogueira da Costa (1988) destacou os influxos da conjuntura, mostrando que o banco sofrera com as turbulências da economia europeia na década de 1920, reputando que sua nacionalização fora, para a diretoria do Banco, uma alternativa à liquidação, ao mesmo tempo que a encampação visava a atender aos interesses do governo estadual.

Política econômica

A partir de agora, pretendemos demonstrar que a constituição do BCHASP e sua transformação no Banespa foram fenômenos relacionados à evolução do projeto político-econômico de uma parcela da classe dominante, durante a primeira república, ocorrida em decorrência de uma divisão de pontos de vista entre os proprietários de terras, o que, em verdade, se explicaria pela existência de circuitos diferentes de acumulação no interior do complexo cafeeiro, principalmente Sergio Silva (1995) e Flávio Saes (1986A).

A depressão cafeeira observada entre 1896 e 1906, por ter reduzido a margem de lucro da produção agrícola (ver quadro em anexo), evidenciou o descompasso existente entre os interesses dos proprietários mais envolvidos com a produção agrícola, e aqueles que, apesar de produzirem café, diversificavam seus investimentos em atividades comerciais, financeiras, e companhias ferroviárias. Objetivamente, as divergências diziam respeito a temas, tais como, valorização do café, redução das tarifas ferroviárias e criação de mecanismos especiais de financiamento para a lavoura.

É que, nesse período tornara-se importante uma corrente de opinião que atribuía a queda de preços do produto à especulação promovida pelos exportadores, o que, por sua vez, seria potencializada pelas deficiências do sistema de crédito, ou seja, os exportadores disseminariam uma exagerada ou mesmo falsa expectativa de queda nos preços, em consequência disso, bancos e comissários restringiriam o crédito, fazendo com que os fazendeiros fossem obrigados à liquidar seus estoques rapidamente para pagar o serviço da colheita⁶. Desse modo, refutava-se, portanto, a tese predominante segundo a qual os preços caíam em consequência da superprodução; com isso, principalmente, negava-se o modo como esta última corrente compreendia o caminho

⁶ Esta opinião estava baseada no fato de que, em 1896, diante perspectiva alarmante houve uma retração dos adiantamentos que teria coincido com o início da atuação das casas exportadoras estrangeiras comprando o café diretamente no interior sem intermediários dos comissários, e pagando à vista ou provendo de adiantando os fazendeiros, tal como o havia exposto Joaquim Franco de Lacerda (1897).

para a superação da crise, isto é, abandonando-se o entendimento de que o próprio mercado era quem deveria se encarregar de ajustar a oferta à procura, pela retirada progressiva dos produtores marginais do mercado. Portanto, para a primeira corrente, a solução da crise implicava, necessariamente, no rompimento com a ortodoxia liberal que orientava até então o Partido Republicano Paulista, desde a sua fundação (Kugelmas, 1987 e Casalecchi, 1986). Para que possamos apresentar satisfatoriamente nossa perspectiva sobre essa diversidade de opiniões, retomaremos, da maneira mais breve possível, o debate sobre o encaminhamento político que se deu às questões econômicas no estado de São Paulo, durante a primeira república, principalmente no que diz respeito à política de defesa do café.

Há um modelo interpretativo, que exerceu enorme influência sobre a produção bibliográfica da primeira república, concebeu esta realidade social como configurada pela existência de dois setores antagônicos: o latifúndio pré-capitalista e o setor urbano-industrial capitalista. Esse antagonismo legitimava a estratégia do Partido Comunista Brasileiro que, nas décadas de 1940 e 1950 preconizava uma aliança do proletariado com a classe média urbana e também com a burguesia em sua luta contra a aristocracia agroexportadora, esta corrente interpretativa tinha Nelson Werneck Sodré (1978) como um de seus maiores difusores. Partindo do mesmo pressuposto, diversos autores que analisaram a política econômica desse período apontaram que o predomínio do interesse latifundiário fora responsável pela adoção de práticas de protecionismo agrícola, tal como a valorização do café, ao mesmo tempo em que se opunham ao protecionismo industrial. Esses autores também não avaliaram a possibilidade da existência de frações no interior da classe proprietária, retratando-a como um bloco homogêneo e antagônico à nascente burguesia industrial e à classe média urbana. No entanto, é importante destacar que, embora esta tenha sido a interpretação predominante durante as décadas de 1950 e 1960, havia também interpretações alternativas, tais como aquelas apresentadas por Roberto Simonsen (1973), Heitor Ferreira Lima (1953) e Caio Prado Junior (1945), nas quais não fazia sentido opor a cafeicultura à industrialização, visto compreenderem que muitos proprietários tornaram-se empresários urbanos e que a própria indústria havia se beneficiado da concentração econômica promovida pelo café e, principalmente, pela demanda ocasionada pelo trabalho livre.

.....
Um dos autores que compreendeu a economia agroexportadora em termos de uma oposição ao desenvolvimento industrial foi Celso Furtado (2000: 191-198). Tendo descrito a existência de um mecanismo específico de correção dos déficits

orçamentários por meio de desvalorização da moeda, este autor concebia que a política monetária impedira os produtores de interpretarem a crise como momento de desviar seus investimentos para outros setores, como, por exemplo, o abastecimento do mercado interno ou mesmo a indústria, além de concentrar a renda nas mãos da “classe exportadora”, mediante o mecanismo de “socialização das perdas”. Por outro lado, durante os choques externos – ou seja, nos momentos de ruptura com o mercado internacional como durante a primeira guerra mundial e após a crise de 1929 – a indústria tenderia a se beneficiar substituindo as exportações, enquanto que o recuo do câmbio desencorajava as importações. Para Furtado, apesar de a valorização do café evidenciar a intensão da classe exportadora em evitar a diminuição de sua renda durante as crises, esta política também acabara beneficiando a indústria, na medida em que a manutenção da renda num contexto em que o câmbio constituía uma barreira às importações permitia o crescimento da indústria.

Entendemos, pois, que as interpretações de Werneck Sodré e Celso Furtado, na realidade, são complementares no sentido de explicar a crise da primeira república. Assim, enquanto para Celso Furtado, a industrialização refletia a crise da economia exportadora, para Werneck Sodré, tratava-se da crise do sistema político oligárquico diante da ascensão da burguesia e da derrocada da aristocracia cafeeira, o que explicaria a onda de contestação da política oligárquica que ocorreu na década de 1920, e que desembocou na revolução de 1930.

Estas interpretações marcadas pela oposição do latifúndio ao desenvolvimento do capitalismo sofreram grande revés com o golpe de 1964. O PCB, por exemplo, não possuía uma explicação para a improvável união da burguesia com o latifúndio, o que permitia o surgimento de inúmeras críticas ao modelo da “revolução democrático-burguesa”. Em 1966, Caio Prado Júnior publicou *A Revolução Brasileira*, livro onde denunciava de dentro do campo marxista os erros estratégicos cometidos pelo PCB ao pautar suas ações numa interpretação equivocada da realidade brasileira. Na sequência da publicação do livro de Caio Prado Júnior surgiu o artigo de Paula Beiguelman (1966) na *Revista Civilização Brasileira* com críticas contundentes à interpretação de Werneck Sodré. Antes disso, em 1960, a publicação do artigo de Fernando Henrique Cardoso, explicando o crescimento industrial pelo incremento da demanda por gêneros para consumo nas fazendas de café, constituía num importante marco da renovação da historiografia econômica ao sugerir que o crescimento da indústria ocorria em paralelo ao desenvolvimento da cafeicultura, abria-se espaço para as críticas a tese do

crescimento industrial induzido pelas rupturas com o mercado externo, esta perspectiva influenciaria diretamente o trabalho de Warren Dean (1971), *A industrialização de São Paulo*.

No campo da ciência política surgiram trabalhos influenciados por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e Paula Beiguelman (1968), entre eles os artigos de Eduardo Kugelmas (1968) e Maria do Carmo Campello de Souza (1977). Textos onde se inaugurava uma tendência, que se tornaria, cada vez mais forte na historiografia, a de substituir a categoria *classes sociais* pelo protagonismo das “máquinas estaduais” na explicação dos fenômenos políticos da primeira república, uma linha de pesquisa que se consolidaria em 1968, com a publicação de *Pequenos Estudos de Ciência Política*, de Paula Beiguelman, e também com a coletânea, *Brasil em Perspectiva*, organizada por Carlos Guilherme Mota, onde se destacavam os textos de Campello de Souza e Boris Fausto.

De acordo com Campello de Souza, a política econômica não deveria ser entendida a partir da luta entre interesses contraditórios do latifúndio e da indústria, mas como fruto da conciliação de interesses dos grupos políticos a frente das máquinas estaduais que, ora se pautavam por princípios liberais, ora tendiam ao intervencionismo, variando conforme a conjuntura. Enquanto isso, o texto de Boris Fausto, muito marcado pelo ecletismo, embora se mostrasse profundamente influenciado por Celso Furtado e Caio Prado Junior na formulação de seus questionamentos, suas conclusões aproximavam-no da ciência política. Fausto adotara a proposta de Furtado sobre a “industrialização por rupturas”, recusava-se, entretanto, a aceitar a oposição rural/urbano, aproximando-se Prado Júnior ao tipificar a classe dominante em termos de uma “burguesia cafeeira”, porém, Fausto negou que as demandas desta classe pudessem explicar a política econômica, preferindo seguir as teses da ciência política, nomeadamente a de Francisco Weffort, para quem o Estado era um elemento conciliador de interesses agrários e urbanos, até então incapazes de formular um programa próprio (Fausto, 1977, 254). Posteriormente, Boris Fausto afirmaria que, enquanto a política estadual fora marcada pela hegemonia da burguesia cafeeira, na formulação da política econômica, que levava em conta o panorama federal, não eram os vínculos de classe que se manifestavam, mas a construção pragmática de uma hegemonia da oligarquia paulista sobre as demais oligarquias estaduais (Fausto, 1985).

Outra linha de contestação das interpretações, ditas tradicionais surgiu com os trabalhos de Anibal Villanova Villela e Wilson Suzigan (1971) e também de Carlos

Manuel Pelaéz (1981). Críticos das teses desenvolvimentistas, esses autores negaram tanto a oposição cafeicultura/indústria como a noção de industrialização induzida por substituição de importação. No que dizia respeito a política econômica, afirmavam que, ao invés de interesses setoriais, fora a crença quase religiosa das lideranças políticas na ortodoxia econômica que efetivamente determinara a política econômica do período (Pelaéz, 1981).

De acordo com Winston Fritsch (1985), tanto as interpretações da denominada “história política” (referindo-se a Boris Fausto em especial) como da “história econômica revisionista” (referindo-se a Villela, Suzigan e Pelaéz) não conseguiram explicar a política econômica, na medida em que os primeiros continuavam a compreendê-la como objeto de manipulação do setor cafeeiro, apesar de negarem as determinações de classe, enquanto que os últimos tomaram a política econômica como um aspecto ideológico.

Gostaríamos de ressaltar agora a interpretação de Edgard Carone que, muito embora tenha direcionado seus estudos no sentido de demonstrar a consolidação das classes média urbanas e da burguesia no final da primeira república, portanto, alinhando-se assim à tese da “revolução democrático-burguesa”, este autor se mostrou também muito influenciado por Caio Prado Junior, assim como, por Victor Nunes Leal. Para Carone as relações de classe estavam inseridas numa realidade diversa da sociedade burguesa, uma vez que se tratava de uma sociedade oligárquica, em que os partidos não se organizavam segundo interesses setoriais, mas de acordo com vínculos pessoais e familiares. Neste contexto, enquanto a política federal resultava de negociações entre as oligarquias de cada estado, a política estadual obedecia a lógica do compromisso entre os coronéis (os chefes locais que controlavam o processo eleitoral no município) e a oligarquia, esta última sendo composta pelos chefes estaduais que apoiavam as situações municipais com dotações orçamentárias. À primeira vista pode parecer que sua interpretação levará à repetição da dicotomia entre os setores rural e urbano, principalmente levando em consideração o autor considera a Revolução de 1930 como resultado do fortalecimento das classes média e da burguesia. Entretanto, ao verificarmos sua descrição da “classe rural” no contexto da economia cafeeira, percebemos que o autor a compreendia como dotada de uma dinâmica muito específica, por que considerava que dessa classe proprietária desprendiam-se distintas extrações, como, por exemplo a composta por proprietários ruralizados que reinvestiam cada vez mais os seus rendimentos na expansão da cafeicultura, enquanto uma outra era

composta por proprietários aburguesados que se retiravam para a capital paulista, investindo nas mais variadas atividades, e que passaram a pertencer à própria burguesia (Carone, 1972: 148-150). Percebe-se, portanto, que para o autor não havia uma separação estanque entre classe rural e burguesia, sendo a distinção tomada como algo dinâmico.

Por volta de 1975, um grupo de pesquisadores da Unicamp buscou empreender uma revisão das teses *cepalinas* com vistas a responder às críticas sofridas por Celso Furtado, principalmente aquelas feitas por Pelaéz, Suzigan e Villela. Desse esforço surgiram os textos de João Manoel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Sergio Silva. O primeiro deles (Mello, 1987), esforçou-se por demonstrar o mecanismo pelo qual ocorria a transferência da renda do setor agrário para o urbano, mesmo nos momentos de estabilidade da cafeicultura, diferentemente do que pensava Celso Furtado, mas que, intensificavam-se nos momentos de crise, corroborando assim com a tese deste mesmo autor. Wilson Cano (1981), por sua vez, voltou-se ao estudo do “complexo cafeeiro”, entendido como sendo composto pelos diversos ramos de atividades que estavam envolvidas na exportação de café, tais como produção, comércio, financiamento, empresas de serviços públicos e a indústria. Atividades que embora existissem em função da produção cafeeira, passaram a apresentar demandas próprias a partir da década de 1920, deslocando o eixo dinâmico da economia do setor rural para o urbano (Cano, 1985). Por fim, temos a tese de Sergio Silva (1995) que, trabalhando com a categoria “burguesia cafeeira”, buscou demonstrar que a classe dominante no “complexo cafeeiro” era constituída por duas frações distintas: o “médio capital cafeeiro”, representado pelos fazendeiros que se mantinham unicamente ligados a produção agrícola; e o “grande capital cafeeiro”, que por sua vez era composto por fazendeiros que diversificavam seus investimentos em variados setores como estradas de ferro, bancos e na indústria.

Compreendendo-se a classe dominante como portadora de perspectivas diferentes dentro do processo de reprodução da economia cafeeira, torna-se completamente inadequada a utilização de termos como “interesse cafeeiro” ou “interesse paulista” para justificar ou refutar a representação dos interesses de classe na condução da política econômica, quando, na verdade, frações distintas da classe dominante podiam ter projetos contraditórios, um aspecto que raramente foi levado em consideração pela historiografia.

Gostaríamos de ressaltar agora, algumas obras publicadas entre 1978 e 1986 que colocam a questão da política econômica do café sob nova perspectiva. Como Thomas Holloway (1978) que divergiu da interpretação predominante sobre a valorização de 1906, ao demonstrar que a intervenção era apoiada por alas dissidentes do PRP e refutada tanto pela direção do partido como pelo presidente da república, o paulista Rodrigues Alves. Segundo o autor, o modelo de comercialização dos estoques que era proposto contrariava o interesse do comércio comissários e exportador, de tal modo que se criara um impasse que impediu a sua implementação, entretanto, com o avançar da crise e o acirramento dos ânimos, um projeto alternativo, apresentado por Alexandre Siciliano, colocando as firmas exportadoras no controle da operação acabou sendo aprovado. Antônio da Silva Prado, por exemplo, que até então era ferrenho opositor da intervenção, passou a apoiar o “plano Siciliano” e a firma de sua propriedade, a casa Prado, Chaves & Comp., tornou-se a única sociedade brasileira a participar do consórcio comprador, liderado pela firma americana Sielken & Co., representada no Brasil pela teuto-brasileira Theodor Wille.

Já Eduardo Kugelmas, afirmou que as primeiras décadas republicanas foram marcadas pelo enfrentamento entre duas correntes no interior do PRP, uma delas pautada pelo liberalismo clássico e a outra marcadamente intervencionista. Tal disputa teria adquirido contornos mais claros durante a depressão cafeeira iniciada em 1896. Kugelmas (1987:90) relembra a maneira como Francisco Glicério e Cândido Rodrigues, aliados do presidente do estado, Jorge Tibiriçá, urdiram uma aliança com o grupo mineiro envolvido na defesa do café para isolar a direção do Partido Republicano Paulista nas negociações para sucessão presidencial, inviabilizando a candidatura do paulista Bernardino de Campos à sucessão de Rodrigues Alves.

Ao mesmo tempo, José Ênio Casalecchi (1986) demonstrou que depois de 1896 as discursos no interior do PRP passariam a articular-se em torno de uma nova pauta, os auxílios à lavoura, com destaque para a defesa do crédito agrícola, redução das tarifas ferroviárias e a valorização do café, propostas que surgiam nas plataformas das diversas dissidências que se uniram em 1899 para formar o “Partido da Lavoura”, agremiação que disputou as eleições legislativas daquele ano, impondo derrotas importantes aos governistas.

Por outro lado, Flávio Saes, estudando as empresas de serviços públicos (1986-A) e o setor bancário paulista (1986-B), retomou a propostas de Sérgio Silva, demonstrando que a participação de fazendeiros na constituição de sociedades anônimas estava

relacionada ao distanciamento entre uma fração empresária e outra rural da classe dominante. Embora durante a expansão ambas as frações mantivessem interesses políticos convergentes, tais como a aprovação de estímulos a expansão da malha ferroviária e a imigração, elas passariam a apresentar propostas divergentes durante a deflação. Assim, enquanto acionista de companhias ferroviárias, o “grande capital” inclinava-se por defender as políticas de saneamento monetário visando a valorização do câmbio, ao passo em que a deflação resultante prejudicava os lavradores na obtenção de crédito para manutenção da safra. Em 1896, as companhias ferroviárias obtiveram autorização para elevar as tarifas conforme a flutuação do câmbio, o que causou indignação de parte dos fazendeiros, conforme pôde ser observado pela imprensa e nos debates ocorridos durante o congresso agrícola realizado em 1896 (Saes, 1986-A). Por outro lado, enquanto uma parcela reivindicava uma política de crédito agrícola, a outra não via o mercado tradicional de crédito como um problema, fosse porque ela obtinha acesso privilegiado ao crédito bancário, ou porque eram eles mesmos os credores da lavoura. No que diz respeito à valorização do café, enquanto uma parcela dos cafeicultores apresentava-se insatisfeita com o comércio cafeeiro, havia grandes fazendeiros que negociavam diretamente com as casas exportadoras, ou que eram eles próprios sócios em casas comissárias e repudiavam a interferência do Estado (Corrêa, 2014).

Enquanto autores como Campello de Souza e Boris Fausto substituíram as determinações de classe por termos imprecisos como “interesse paulista” ou “interesse cafeeiro” para explicar a política econômica, outros autores como Maurício Font e Roberto Borges Martins, explorando as deficiências dessas teses em explicar o aparente descompasso entre as demandas sociais e as políticas implementadas, propuseram que tal se devia a autonomização da burocracia estatal frente a sociedade civil. Uma interpretação que acabou se derivando dessa concepção da relação entre Estado e sociedade civil foi apresentada na tese de Renato Perissinotto, que compreendeu os conflitos cafeeiros em termos de uma disputa entre a fração hegemônica da classe dominante - “do grande capital cafeeiro”, com o Estado. Da tese de Perissinotto reproduzimos o seguinte excerto que resume seu posicionamento neste debate:

Em geral, a bibliografia sobre São Paulo, ao constatar o peso econômico do café e o seu significado para o orçamento do Estado, deduz mecânica e imediatamente que este último e seus agentes estavam a serviço direto dos interesses cafeeiros. Não percebe que essa dependência pode ser também, como de fato foi, motivo para intensas disputas entre ambos. Em grande parte, a luta entre Estado e capital cafeeiro em São Paulo pode ser entendida dessa maneira, isto é, como um conflito distributivo em torno dos recursos

materiais gerados pela economia cafeeira, conflito do qual o primeiro saiu sistematicamente vitorioso (Perissinotto, 1999, v. 2:402).

Perissinotto, em trabalho anterior, mostrara-se muito mais influenciado pelas teses de Sergio Silva, ainda que as tivesse extrapolado, na medida em que, enquanto para Sérgio Silva os termos “médio” e “grande capital” não eram mais que um recurso analítico, não indicando a existência de frações autônomas comportando-se como capital comercial e capital agrário; de outro modo, para Perissinotto, tais frações seriam tanto reais como autoconscientes. Assim, incorporando as contribuições de Casalecchi e Kugelmas, o autor relacionou as frações de classe com as divisões no interior do PRP, desse modo, enquanto o médio capital cafeeiro estaria representado na dissidência que criou o Partido da Lavoura, a ala hegemônica do PRP representaria o “grande capital cafeeiro” (Perissinotto, 1994:50). Talvez por não ter identificado vínculos que ligassem as frações de classe à política econômica e porque o intervencionismo tornara-se preponderante no próprio PRP, Perissinotto, em 1999, passou a defender que os interesses corporativos preponderavam sobre os interesses de classe, interpretando tanto a defesa do café e como a constituição de bancos agrícolas como imposições da burocracia estatal frente à “fração hegemônica”.

No entanto, é preciso ponderar que o Partido da Lavoura nunca passou de um fantasma que assombrou por décadas a direção do PRP, reaparecendo de tempos em tempos com figuras diferentes à proa. Além disso, uma análise rápida dos nomes à sua frente nos revela a participação de grandes comerciantes de café e, até mesmo, de banqueiros, de modo que não era possível identificar, via de regra, essas lideranças políticas da “lavoura” como tendo posição subordinada no processo de reprodução do capital, o que não significa dizer que, ao recolocar o afastamento entre a parcela ruralizada e a parcela aburguesada, este processo não produziu divergências que influenciaram as disputas no interior do partido, por outro lado, existiam mediações entre a esfera social e política que não foram consideradas.

Também não podemos extrapolar o fato de que os termos “médio” e “grande capital cafeeiro” referem-se a fenômenos absolutamente dinâmicos, e que a diferenciação entre uma parcela e outra não aparece na prática senão como uma divisão entre os fazendeiros “ricos” e os “endividados”, mas ainda assim pertencentes a um mesmo universo ideológico. Assim, se por um lado, a crise cafeeira podia suscitar a insatisfação da parcela ruralizada da classe dominante, a canalização dessa insatisfação não fluía por outro canal que não fosse o da política oligárquica. Mas era no interior dos grupos aliados do poder que saíam as lideranças políticas da “lavoura”, embora esta

constatação não possa ser absoluta, visto que foi a dissidência de Júlio de Mesquita e Prudente de Moraes, entre 1901 e 1906, quem tomou a frente dos debates contra a política intervencionista através do jornal *O Estado de São Paulo* (Casalecchi, 1986), enquanto que as dissidências unidas em torno do Partido da Lavoura, viram na adesão à pauta dos auxílios da lavoura a possibilidade de impor uma derrota eleitoral ao PRP nas eleições legislativas de 1899 (Corrêa, 2014, Cap. 2).

Ainda de acordo com Carone (1972), a política oligárquica não admitia oposições, e por isso as dissidências foram sempre transitórias, havendo evidências de que o Partido da Lavoura talvez não objetivasse, de fato, tornar-se independente, o que significaria deixar de pleitear cargos na administração estadual, e também verbas estaduais às câmaras municipais, trunfos que garantiam a adesão e a fidelidades dos chefes locais, adotando, portanto, a perspectiva de Victor Nunes Leal (2012). Segundo Casalecchi, a dissidência da Lavoura de 1899 tivera maior impacto eleitoral do que a dissidência de 1901 (a de Prudente de Moraes), embora esta última fosse liderada por figuras de maior envergadura social, neste sentido, em nossa dissertação de mestrado (Corrêa, 2014, Cap. 2) demonstramos que após as eleições parlamentares de 1899, a ampla votação que obtiveram os candidatos da Lavoura despertou a preocupação do PRP em absorver suas lideranças, num acordo que envolveu o apoio da lavoura à candidatura de Rodrigues Alves, em 1902, e a desistência da “lavoura” de lançar candidatura própria ao executivo estadual.

Demonstramos também que depois de 1900, e, principalmente, após a ascensão de Jorge Tibiriçá, em 1904, à presidência estadual, o programa do Partido da Lavoura ganhou força no interior do partido, lembrando ainda que como havia ressaltado Eduardo Kugelmas, muitos políticos dissidentes adquiriram enorme importância nos governos posteriores. Entre 1899 e 1904 o Congresso Legislativo aprovaria leis que sinalizavam o atendimento das reivindicações intervencionistas da “lavoura”, mas que, em realidade, não eram aplicadas, ou não surtiam efeito, sendo reeditadas mais tarde, quando a pressão aumentava. Em 1905, Tibiriçá entrou em negociações com um consórcio de capitalistas franceses que resultou, mais tarde, na organização do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo⁷; de fato, no ano seguinte, sua criação foi aprovada pela edição da lei estadual nº 1.062, com a finalidade de subsidiar as cooperativas de crédito denominadas Bancos de Custeio Rural, cujo projeto de lei

7 São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, Pelo Dr. Olavo Egydio de Souza Aranha, Secretário da Fazenda, 1907*, São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1908.

tramitava no Congresso desde 1903. Estas cooperativas foram objeto de estudo em nossa dissertação de mestrado.

Compreendemos, portanto, a criação do BCHASP, como um desdobramento de um projeto político-econômico que se tornara preponderante no interior do PRP, depois de 1906. Concordamos com a afirmação de Eduardo Kugelmas (1987:95) para quem a intervenção, ou melhor, o protecionismo de modo geral, “significou um rompimento profundo com a ortodoxia do liberalismo econômico que, até então, dominava de forma soberana o terreno ideológico e doutrinário; assim como aceitamos a proposição de Perissinotto (1997:168-171), para quem a tendência intervencionista iniciada com a aplicação do plano de valorização de 1906, teria atingido o seu ponto alto com a criação do ICESP e a estatização do BCHASP/Banespa que, por sua vez, teria contribuído para o rompimento definitivo da agora dissidente “ala liberal” do PRP e sua posterior adesão ao Partido Democrático.

Em 1926, já se tornara nítido o descolamento do programa da “lavoura” em relação aos interesses do setor comercial e financeiro do complexo cafeeiro. O Banespa, ao concentrar a concessão de adiantamentos sobre o café depositado nos armazéns, avançava claramente sobre posições dos comerciantes⁸. Esta transformação foi abordada por Taunay (1941, v. X, p.274-9), ao analisar o opúsculo de Luiz Zacharias de Lima, publicado em 1929, onde este responsabilizava a defesa permanente e a atuação do Banespa pela retração do comércio comissário. Taunay expôs ainda a opinião de Antônio de Queiroz Telles (Apud Taunay, op. cit., p. 410), para quem, do mesmo modo, a valorização havia prejudicado o comissariado na medida em que permitia aos fazendeiros obterem adiantamentos por meio de *warrants*. Tanto Zacharias de Lima como Queiroz Teles participaram da criação do Partido Democrático.

A constituição do BCHASP

Em 1908, o presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, assinou um contrato com a firma J. Lose & Cie, de Paris, dando garantia do pagamento de dividendos de 6% sobre 20 mil ações de 500 francos cada, que totalizavam 10 milhões de francos, mais, o compromisso de pagar integralmente os juros de 6% sobre 40

⁸ Soares, idem, ibidem.

milhões de francos das debentures que o banco emitisse sobre Paris⁹, captando, desta forma, o valor líquido de *Fr.* 41.002.500,00 ou 26.077:590\$000¹⁰.

O BCHASP foi concebido como banco hipotecário e agrícola, o que significa que deveria operar sobre hipotecas de imóveis rurais e urbanos e conceder adiantamentos sobre a colheita mediante penhor da safra. Nos primeiros anos, os empréstimos sobre hipoteca e penhor eram realizados em moeda francesa, com os tomadores assumindo o risco do câmbio, mas que era viável devido a estabilização promovida pela Caixa de Conversão que funcionou entre 1906 e 1914.

Em 1910, o banco havia assinados 104 contratos hipotecários com valor total de *Fr.* 15.404.000,000, o que correspondia a imóveis com 18,9 milhões de pés de café e cuja expectativa de rendimento era de 2.688:889\$028. A maioria desses empréstimos foram utilizados para pagamento de dívidas anteriores, visto que apenas 7 propriedades não estavam previamente oneradas¹¹.

Os contratos de adiantamentos sob penhor tinham valor médio de *Rs.* 198.757\$060 e chamamos a atenção para este valor por ser extremamente elevado para um contrato de penhor, principalmente quando comparado ao custeio de grandes fazendas como a Monte Alegre, uma das maiores de São Paulo, propriedade de Francisco Schimdt, que produziu 20.000 arrobas em 1905 por 100:974\$870 (Moraes, 1980). Desse modo, percebemos que o BCHASP estava voltado ao atendimento de grandes fazendeiros, contrastando com os Bancos de Custeio Rural, cujo valor médio dos empréstimos atingiram uma média de 5:820\$696 em 1907. Cincinato Braga (1983, p. 266), que fora presidente do Banco do Brasil na década de 1920, criticaria duramente o BCHASP por conceder apenas adiantamentos acima 20 contos de reis, beneficiando, em sua opinião, apenas indivíduos que já possuíam trânsito nos circuitos financeiros da Capital, de modo que o banco não atendia a clientela que mais demandaria o crédito agrícola, constituída por fazendeiros menores que se submetiam aos empréstimos concedidos por capitalistas nas localidades.

⁹ Termo do contrato definitivo que assignam J. Loste & Companhia para a organização do Banco Hypotecario e Agricola do Estado de São Paulo. Relatório de 1909.

¹⁰ A transferência desses fundos poderia ser feita mediante operação de câmbio que envolvesse outros bancos, ou remetendo diretamente o ouro em espécie para depósito na Caixa de Conversão, alternativa que foi escolhida pelo banco e que produziu um resultado líquido de 21.157:078\$225. De acordo com o “Relatório do Director Fiscal do Banco de Crédito Hypothecario e Agrícola de S. Paulo”, anexo ao Relatório da Secretaria da Fazenda, de 1909, a diferença refere-se ao “prêmio de reembolso” (4.833:600\$000) e “diferença de câmbio”, que no caso se resumia aos custos de transportes (89:908\$960).

¹¹ São Paulo, *Relatório apresentado ao Dr. Manuel de Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, Pelo dr. Carlos Augusto Pereira Guimaraes, secretario interino da Fazenda, 1910*, São Paulo, Garraux, 1911, p. 365.

Muitos indícios apontam que a constituição de bancos hipotecários reforçava o sistema de financiamento existente desde a década de 1850. Renato Leite Marcondes (2002), por exemplo, estudando os registros hipotecários da cidade paulista de Guaratinguetá, no vale do Paraíba, demonstrou que os poucos créditos concedidos por bancos do Rio de Janeiro tinham condições de prazo e juros muito satisfatórias em comparação aos empréstimos concedidos por indivíduos da localidade, entretanto, apenas os indivíduos mais abastados tinham acesso a esses créditos. Os grandes fazendeiros de cada localidade geralmente eram apontados como capitalistas, concentrando a concessão de empréstimos em suas localidades. Rodrigo Fontanari (2010), estudando os registros de Casa Branca, no “oeste” paulista, demonstrou que eram os grandes fazendeiros que atuavam como capitalistas, obtendo acesso ao crédito junto aos bancos de Crédito Real de São Paulo e o de Crédito Hipotecário e Agrícola, repassando esses valores por meios de inúmeros empréstimos menores a taxas mais elevadas.

Argumentava-se, entretanto, que a concessão de empréstimos a fazendeiros menores só era possível pelo estabelecimento de agências e correspondentes no interior do estado porque os pequenos empréstimos não compensavam os custos com procuradores e advogados na Capital. Neste sentido, o BCHASP havia se comprometido em organizar uma rede de cooperativas de crédito organizadas de maneira muito similar aos Bancos de Custeio Rural, e que se denominavam Caixas de Crédito Agrícola¹². Entretanto, as duas caixas organizadas a título de experiência em Ribeirão Preto e Jundiá funcionaram apenas em 1910.

O período que se sucedeu à primeira valorização do café foi de grande prosperidade para o estado de São Paulo e também para o país de maneira geral, no arranjo constitucional de 1891 os Estados arrecadavam o imposto de exportação enquanto que a União ficava com o imposto de importação. A Caixa de Conversão, constituída como parte do plano de valorização do café para impedir uma subida abrupta do câmbio, permitiu um maior afluxo de capital estrangeiro e uma significativa expansão do crédito. Este fora um período de grande expansão do capital francês no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, com investimentos na aquisição de engenhos centrais de açúcar, bancos comerciais e concessões de bancos hipotecários em diversos

¹² São Paulo, “Relatório do Director Fiscal do Banco de Crédito Hypothecario e Agricola do Estado de São Paulo”. en *Relatório apresentado ao Dr. Manuel de Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, Pelo dr. Carlos Augusto Pereira Guimaraes, secretario interino da Fazenda, 1910*, São Paulo, Garraux, 1911, p 353.

estados. A firma J. Loste & Cie, além do BCHASP, também havia organizado o Banco Hipotecário do Espírito Santo, instituição que adquiriu a concessão de obras de infraestrutura na capital do estado, Vitória. Outro banco francês, a casa Perrier & Cie, assinou com o governo de Minas Gerais um contrato muito similar aquele firmado entre a firma Loste & Cie e o governo paulista, através do qual recebeu subsídios para a organização do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (Costa, 1988).

Os investimentos estrangeiros no Brasil se expandiram até o segundo semestre de 1913, quando uma crise financeira, desencadeada pela conflagração dos Balcãs, causou o seu refluxo, nos anos seguintes, observou-se a liquidação de grande parte desses investimentos, principalmente em bancos e engenhos centrais de açúcar¹³.

Internamente, a crise de 1913/1914 determinou uma súbita queda na taxa de câmbio e uma onda de falências, o início da guerra na Europa piorou ainda mais a situação, determinando o fim da Caixa de Conversão e, entre agosto e dezembro de 1914 as movimentações bancárias foram paralisadas pelo governo¹⁴, intervalo no qual o Tesouro Nacional socorreu os principais bancos do país com recursos obtidos através de uma emissão de 100 mil contos de réis (Decreto nº 2.863, de 24 de agosto de 1914), sendo que os bancos paulistas receberam a maior parcela, 34 mil contos de réis.

O governo paulista indicou quatro bancos para receber o auxílio do Tesouro Nacional, os bancos Comércio e Indústria, de São Paulo, Comercial do Estado de São Paulo e de Crédito Agrícola e o BCHASP para receberem o auxílio, o BCHASP recebeu 7 mil contos de réis, comprometendo-se a aplicar esses recursos em empréstimos sobre penhor, aumentando a proporção desta modalidade sobre os empréstimos hipotecários, divulgando amplamente a medida, sinalizando aos fazendeiros a preocupação em aumentar os empréstimos para custeio agrícola que até o momento não ultrapassava 10% dos contratos do banco.

A Sociedade Incorporadora faliu no início de 1914 levando consigo os Bancos de Custeio Rural. Ao mesmo tempo, o BCHASP viu-se privado dos recursos do mercado de crédito francês com a recusa de um empréstimo garantido pelo governo estadual solicitado no final de 1913. Em, 1916, com a desvalorização do franco, os mutuários liquidaram seus empréstimos e o banco teve suas operações hipotecárias paralisadas.

¹³ *Mensagem de 1914*, p. 635

¹⁴ Em 15 de agosto o governo federal suspendeu as atividades bancárias e o protesto de letras de câmbio por 30 dias, medida que foi revogada por mais 90 dias em 15 de setembro *Restrospecto Commercial*, 1914, p. 9. Cf. Lei 3.862 de 15 de agosto de 1914 e 2.866 de 15 de setembro de 1914.

As intervenções na direção do BCHASP

Em 1914, iniciava-se uma nova fase na história do BCHASP marcada pela intervenção crescente do governo na sua gestão, num contexto em que o financiamento da lavoura se tornava parte da estratégia dos novos projetos de valorização do café. Neste momento, a questão da valorização se impunha no debate econômico, não se verificando as divergências observadas em 1906 no seio da elite paulista, refletindo o avanço das teses protecionistas. O *Jornal do Comércio*, por exemplo, que foi um grande opositor da intervenção de 1906, declarava orgulhosamente em seu *Retrospecto Comercial* de 1916 que a intervenção brasileira era tida modelo ao mundo todo, inclusive nos EUA, onde fora citada pelos defensores da proteção do algodão¹⁵. Os governantes paulistas, por outro lado, comportavam-se como se acreditassem na capacidade de expansão ininterrupta das plantações paulistas, que já eram responsáveis por 60% da produção mundial. Rodrigues Alves, que fora presidente da República entre 1902 e 1906, tendo se oposto a primeira valorização (*Cf.* Soares, 1956; Holloway, 1978), ao encerrar o seu mandato na presidência estadual, em 1916, tranquilizava os fazendeiros, ciosos do futuro da cafeicultura, afirmando que havia “plena confiança no resultado do trabalho pelas seguranças e garantias que o Estado oferece”¹⁶.

Por outro lado, a queda nas importações havia causado uma severa diminuição na arrecadação do governo federal elevando o *déficit* das contas públicas¹⁷. Como a paralização dos mercados financeiros impedia tanto a cobertura do *déficit* público como a socorro aos bancos nacionais, assim, além dos 100 mil contos emitidos em benefício dos bancos em 1914, surgiram várias propostas de reforma monetária nos anos seguintes. Uma destas propostas foi efetivada pelo Decreto 2.986, de 28 de agosto de 1915, pela qual o governo federal foi autorizado a emitir mais 350 mil contos de réis para cobertura do *déficit*, defesa da produção nacional e fortalecer o Banco do Brasil, esta emissão representava nada menos que 31% do papel moeda em circulação em 1915 (Peláez e Suzigan, 1981: 164), deste total, 50 mil contos foram repassados ao Banco do Brasil e, em 31 de maio de 1916 ele foi autorizado, pelo Decreto 12.081, a reformular seus estatutos, passando a redescotar letras comerciais e títulos do governo federal¹⁸.

¹⁵ *Retrospecto Commercial do 'Jornal do Commercio', ano de 1916*, Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio, 1917.

¹⁶ São Paulo, *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 1 de maio de 1916, pelo presidente do estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves*, p. 12

¹⁷ A constituição de 1891 determinava que a arrecadação do imposto de exportação cabia aos estados enquanto que o imposto de importação caberia à União.

¹⁸ Relatório do Ministério da Fazenda, 1916.

Voltando a 1914, com a falência da Sociedade Incorporadora a sua diretoria reivindicava um socorro do governo estadual, afim de impedir a falência dos Bancos de Custeio. O governo teria, pelo menos em tese, grande interesse em impedir o seu falimento, por que a Incorporadora empenhara junto aos bancos da Capital as Apólices do Auxílio Agrícola que haviam sido emprestadas pelo Tesouro para compor os ativos dos Bancos de Custeio. Estas apólices não constituíam um direito imediato contra o Tesouro, mas em caso de sua falência dos Bancos de Custeio elas podiam ser averbadas em benefício dos credores. As apólices que tinham um valor de 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis) obedeciam a um cronograma de devolução semestral que se iniciara em 1912 e em breve retornariam ao Tesouro. Porém, em resposta as reivindicações da diretoria da Incorporadora, o secretário da fazenda, Raphael de Abreu Sampaio Vidal afirmara que o governo não pretendia recuperar aqueles bancos, preferindo fortalecer o BCHASP, oferecendo-lhe os recursos necessários para substituir os Bancos de Custeio na concessão de empréstimos sobre penhor¹⁹.

A remodelação aludida pelo secretário dizia respeito a uma emenda que ele havia apresentado ao orçamento de 1911, pela qual o governo estadual era autorizado a contrair um empréstimo internacional que seria aplicado no resgate das debentures do BCHASP e que permitisse elevar e nacionalizar o capital do banco, permitindo ainda ao governo subscrever as ações desse acréscimo de capital. Dizia Sampaio Vidal que a reorganização era uma solicitação dos acionistas preocupados em aumentar os empréstimos concedidos à lavoura do estado de São Paulo. Porém, durante as discussões no Congresso Legislativo, o deputado Antônio Mercado argumentava que a falta de capital não poderia ser o problema porque a sua diretoria nunca solicitou aos acionistas que completassem o capital²⁰, ao mesmo tempo, segundo os balanços, restavam ainda recursos provenientes da emissão de debentures realizada em 1909. Mercado questionava, por fim, se a intenção do governo não era estatizar o banco, ao que Sampaio Vidal respondera que havia o interesse obter uma participação acionária que fosse suficiente para preitear a indicação do presidente²¹.

¹⁹ Relatório da Secretaria da Fazenda de 1915.

²⁰ A lei brasileira autorizava a constituição de banco agrícolas com a entrada de apenas 10% do capital nominal.

²¹ Em 1911, o deputado Raphael de Abreu Sampaio Vidal, por meio de uma emenda ao orçamento elevava a garantia de juros de 50 para 150 milhões de francos, permitindo ainda que o governo subscrevesse o acréscimo de capital, desde que ele fosse convertido em moeda nacional. Cf. ALESP. Projeto nº 58 de 1910 – “Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1911”, cx. 236. *Emendas ao Projeto nº 58 de 1910*, p. 87.

Diante da recusa dos capitalistas estrangeiros em outorgar o empréstimo para reorganização do BCHASP, o Tesouro estadual acabou adquirindo por compra 30% das ações do banco²². Por outro lado, o governo paulista encontraria uma nova forma de captar recursos para o banco sem recorrer ao capital estrangeiro. Desde o início do século argumentava-se que havia grande quantidade de recursos paralisados no interior do estado, principalmente nas mãos dos colonos que não confiavam ou não podiam remeter esses recursos para depósito na Capital, desse modo, seria preciso criar uma rede de caixas rurais ou caixas econômicas que captassem a poupança popular, recolocando-a em circulação por meio de empréstimos ao setor produtivo. Este fora um dos objetivos que levaram a criação dos Bancos de Custeio Rural, que chegaram a funcionar em 48 cidades do interior paulista.

A Caixa Econômica Federal possuía uma filial na Capital paulista na qual havia, em 1915, um saldo de 39.605:656\$016²³ que correspondia a 13,8% dos depósitos nos bancos paulistas (Cf. Saes, 1986-B, p. 225). Esses recursos eram inteiramente aplicados na aquisição de apólices do Tesouro Nacional e o governo estadual pretendia, desde 1899, criar uma instituição que permitisse a fixação desses recursos no estado. Altino Arantes, que sucedeu a Rodrigues Alves em 1916, organizou as Caixas Econômicas Paulistas, instituição estatal destinada a captar a poupança por meio de agências espalhadas por todo o estado de São Paulo.

Altino Arantes tinha como plataforma política a ampliação o crédito agrícola e retomada da experiência com caixas rurais organizadas com base nos Bancos de Custeio Rural. Desse modo, foi aprovada a lei de 1917 autorizando o governo a emitir mais Apólices do Auxílio Agrícola a serem emprestadas aos Bancos de Crédito Popular de São Paulo. Desse modo, empreendia-se uma reforma no sistema de financiamento da cafeicultura, pela qual o BCHASP passaria a centralizar e coordenar os recursos mobilizados pelas duas novas instituições.

De acordo com a proposta inicial as Caixas Econômicas deveriam captar a poupança popular, depositando esses recursos no BCHASP que, por sua vez, deveria colocá-los à disposição dos Bancos de Crédito Popular²⁴ que, por sua vez, estariam habilitadas a conceder empréstimos sobre penhor, hipoteca, *warrants*, além do desconto

²² Desde então três acionistas brasileiros passaram a controlar 65% do capital social do banco, visto que o Banco Comércio e Indústria possuía 23,35% e Luiz Galvão adquiriu 11,8% em 1914. Relatório de 1914, Lista de acionistas.

²³ São Paulo, *Relatório da Secretaria da fazenda de 1915*, p. 23

²⁴ São Paulo, *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 1 de maio de 1916, pelo presidente do estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves*, p. 74-5

de letras sacadas sobre comissários de café, empréstimos consignados para funcionários públicos e crédito para construção de casas operárias²⁵. Entretanto, os saldos das Caixas Econômicas foram cedidos por 15 anos ao BCHASP, mediante garantia do Tesouro aos poupadores das Caixas Econômicas²⁶. A imobilização desses recursos demonstrava que não havia a intenção de disponibilizá-los para operações de curto prazo, como o penhor para custeio da lavoura, mas de coloca-los a disposição do próprio BCHASP para aplicação na carteira hipotecária, em substituição aos recursos estrangeiros.

Em 1921 os recursos que BCHASP empregados nos empréstimos foram totalmente obtidos no país, somente o saldo dos depósitos nas Caixas Econômicas atingiu o valor de *Rs. 43.600:449\$000*²⁷ e, além disso, o banco mantinha desde 1915, um crédito em conta corrente de 10 mil contos de réis junto ao Banco do Brasil, obtido com o aval do Tesouro estadual, para que o banco aplicasse em operações de penhor agrícola.

Não existem referências na bibliografia sobre os Bancos de Crédito Popular, muito embora possamos observar a existência de alguns deles na década de 1920. Ao mesmo tempo, a triangulação Caixas Econômicas – BCHASP – Bancos de Crédito Popular nunca foi colocada em prática, sendo que o Banco de Crédito Popular de São Paulo, que ainda funcionava em 1924, atuava como um anexo à Caixa Econômica de São Paulo de quem recebia diretamente os recursos que aplicava, principalmente, em empréstimos a funcionários públicos e para construção de casas. No que diz respeito às Caixas Econômicas as referências são bastante escassas, ainda que recentemente tenha sido publicado o artigo de Renato Leite Marcondes (2014) sobre as mesmas.

A valorização permanente e o surgimento do Banco do Estado de São Paulo

Na década de 1920, fortalecera-se a proposta da chamada defesa comercial do café, que consistia em fornecer aos bancos e ao comércio comissário os meios para que regulassem as remessas ao porto de Santos, mantendo o café estocado pelo maior tempo possível no interior. Neste sentido, havia grande expectativa quanto as companhias de armazéns gerais que deveriam estimular as transações por meio de conhecimentos de

²⁵ Lei nº 1.520-A, de 23 de dezembro de 1916 – “Autoriza o governo a auxiliar a fundação de Bancos de Crédito Popular”.

²⁶ Lei nº 1.544, de 30 de dezembro de 1916 – “Autoriza o Governo a criar Caixas Econômicas estaduais”.

²⁷ Relatório de 1921

depósitos, além de emitirem *warrants* para obtenção de crédito sobre a mercadoria depositada.

Entretanto, sendo muito elevados os recursos necessários para financiar os estoques, o presidente do estado, Washington Luiz, atuou junto a bancada paulista no Congresso Nacional para a criação de uma carteira de redescontos que desafogasse a carteira dos bancos comerciais, resultando na aprovação da Lei nº 4.182, de 13 de novembro de 1920, que instituiu a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. A lei autorizava também a emissão de 100 mil contos de réis para as operações da Carteira, porém, como não fora possível obter um empréstimo externo destinando a contrabalançar a tendência inflacionária desta emissão, a Carteira acabou sendo colocada em operação com recursos muito aquém do necessário para o objetivo esperado.

Posteriormente, o presidente da República, Epitácio Pessoa, pretendeu estabelecer a regulação da oferta por meio de um organismo estatal e assim, pelo Decreto 4.548, de 19 de junho de 1922, Art. 6º, foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café, com o objetivo de financiar os estoques recolhidos em armazéns oficiais, mediante emissão de 300 mil contos de réis. Porém, diante da crise financeira e da desvalorização do mil-réis o plano recebeu grande oposição nos circuitos financeiros e o sucessor de Pessoa, Arthur Bernardes, opôs-se à participação do governo federal na implementação do plano, repassando a responsabilidade aos estados, transferindo-lhes também a posse dos armazéns reguladores já construídos (Saretta, 1999, p. 229).

Com a transferência da gestão da valorização aos estados, deu-se início ao processo que levaria a encampação do BCHASP pelo governo estadual. Pela Lei 2004, de 19 de dezembro de 1924 foi criado o Instituto Paulista para Defesa do Café – depois Instituto do café do Estado de São Paulo (ICESP), que passaria a gerir os armazéns reguladores que haviam sido construídos pelo governo federal em São Paulo, concedendo, ao mesmo tempo, adiantamentos aos depositantes. A mesma lei previa que o Instituto deveria constituir um “ fundo de defesa permanente do café” cujos recursos poderiam ser aplicados na organização do Banco Paulista de Crédito Agrícola, instituição que se tornaria responsável pela concessão dos adiantamentos. A inclusão deste banco na referida lei talvez cumprisse a função de pressionar os acionistas do BCHASP a aceitar uma intervenção, pois, no mesmo dia da aprovação da Lei 2.004, foi aprovada a Lei 2.006, que reorganizava o BCHASP e elevava o seu capital, de algo

equivalente a Rs. 3.187:950\$000, para Rs. 20.000:000\$000, sendo que o ICESP subscreveu completamente o acréscimo.

No ano seguinte, o nome da instituição foi alterado para Banco do Estado de São Paulo e seu capital foi elevado mais uma vez, agora à 50 mil contos de réis, mediante a conversão da dívida do banco perante o Tesouro, referente ao saldo dos depósitos das Caixas Econômicas, em ações do Banco do Estado²⁸.

Iniciava-se em 1926 uma nova fase na história do banco, tendo sua capacidade de operações multiplicada tanto pela elevação do capital à 50 mil contos de réis como pelos recursos que passou a receber em conta corrente do ICESP, os quais somavam 228.566:556\$576 em dezembro de 1927. O banco obteve ainda um empréstimo de £5.000.000 junto a Lazard & Brothers que foi fundamental para a concretização do plano de valorização, principalmente após o Banco do Brasil haver declinado do acordo para obtenção desse empréstimo externo. Por outro lado, o Banespa obteve do Tesouro o aval sobre as letras hipotecárias que emitisse até o valor de £5.000.000, as foram lançadas com grande sucesso no mercado londrino por intermédio de Lazard & Brothers, o que lhe permitiu, em meio a retomada da estabilização do câmbio, voltar a conceder empréstimos hipotecários em moeda estrangeira.

Além dos contratos sobre hipotecas e penhor agrícola, o banco redescontava saques de fazendeiros sobre comissários de café, operava sobre *warrants* de armazéns gerais e fornecia adiantamento sobre depósito nos armazéns reguladores e conhecimentos de embarque em estradas de ferro à razão de Rs. 60\$000 por saca. Com a operação de valorização o preço da saca de café no interior de São Paulo elevava-se de 80\$000 para 160\$000, trazendo grande lucro ao ICESP, visto que parte dos estoques fora adquirida por compra direta.

Percebe-se que a nacionalização/encampação do BCHASP/Banespa não foi um disfarce para a sua falência, muito menos um recurso dos fazendeiros de café para garantir o acesso ao crédito bancário, visto que a proporção das operações agrícolas e hipotecárias diminuíram em relação àquelas tipicamente comerciais depois de 1926. Estando muito mais relacionada a implantação da Política de Defesa Permanente do Café.

²⁸Lei n. 2.143, de 23 de outubro de 1926 – “Autoriza o Poder Executivo a celebrar novo contrato com o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo”, Relatório da diretoria do BCHASP/Banespa de 1927.

De banco do café a Banco de Estado

Durante a crise de 1929, o Banespa chegou a socorrer o Banco do Brasil ao abdicar de um crédito que tinha direito junto a firma Lazard & Brothers, porém, mais tarde, com o agravamento da crise, abandonou as operações de adiantamento sobre café, sendo substituído brevemente pelo Banco do Brasil. Entretanto, analisando os seus relatórios, é possível observar que mesmo durante a crise o banco manteve suas operações com desconto de letras em grande volume.

Daí em diante o banco foi se atrelando cada vez mais as necessidades do governo estadual. Por ocasião da Revolução de 1932, o Banespa sustentou as operações de crédito no estado de São Paulo mediante redesconto de títulos bancários por meio de notas emitidas pelo governo paulista nas oficinas da Companhia Melhoramentos (Costa, 1988). Após 1932 o Banespa obteve a concessão das operações de câmbio do governo paulista que até então estavam a cargo do Banco do Brasil²⁹ e, nos anos seguintes, foi encarregado de gerir os saldos do Tesouro estadual e o recebimento de impostos. Em 1936, obteve novamente o depósito dos saldos das Caixas Econômicas e o privilégio de negociar as apólices da consolidação da dívida interna do estado de São Paulo, vendendo, comprando, resgatando e pagando os juros das apólices Consolidadas Paulistas³⁰.

Fernando Nogueira da Costa afirmou que o banco não teve um papel muito relevante no fomento da produção agrícola depois de 1929, tendo se beneficiado do aumento do volume de negócios propiciado pela agricultura, tendo contribuído muito pouco, proporcionalmente, para a grande expansão da produção agrícola no estado³¹. De fato, o volume das operações firmadas especificamente com os proprietários rurais, tais como hipoteca e penhor, nunca mais atingiriam uma proporção relevante em relação as operações de tipo comercial, tais como descontos, warrants, contas correntes, etc., entretanto, é preciso ponderar que a orientação do banco mudara em 1926, passando a privilegiar as operações que, embora tivessem formato comercial, permitiam a participação de fazendeiros, além de estarem direcionadas a sustentação dos preços do

²⁹ Decreto, 5.598 de 18 de julho de 1932 – “Regula o pagamento de obrigações comerciais e civis, em moeda estrangeira, e transfere para o Banco do Estado de São Paulo a exclusividade do serviço de câmbio estabelecida a favor do Banco do Brasil”.

³⁰ Relatório da diretoria do Banespa de 1936

³¹ Costa, op. cit., 1988.

café. Por outro lado, ao participar do financiamento da safra com operações realizadas diretamente com fazendeiros o banco contribuía para a diminuição do controle exercido pelo comércio comissário, o que significava uma mudança qualitativa.

Aliás, o comércio comissário era grande opositor da atuação do ICESP e do Banespa, acusando-os de arruinares o comércio cafeeiro. A crítica à política de defesa tornara-se, inclusive, um dos motes da oposição ao PRP agrupada em torno do Partido Democrático³².

O sistema de crédito passava por uma grande transformação naquele momento, com a multiplicação das casas bancárias e o desdobramento dos bancos da Capital por meio de agências no interior. Tradicionalmente, atribui-se o aumento das operações bancárias ao crescimento e a diversificação da economia paulista, fator que teria possibilitado um incremento na oferta de crédito bancário, mas que contou com grande auxílio do Banespa na substituição das operações de crédito de caráter pessoal e mercantil pelo crédito bancário.

Um artigo de Macedo Soares, publicado em 1927 em comemoração ao bicentenário da introdução do cafeeiro no Brasil, expõe tal transformação:

A política do desdobramento dos bancos da capital em agências no interior do Estado a criação de armazéns gerais, a instituição dos “warrants” e outros institutos jurídicos, deslocaram das mãos dos comissários de café o papel de banqueiros dos fazendeiros (SOARES, , 1934).

Ressalta-se, por fim, que a trajetória do BCHASP/Banespa demonstra o avanço do protecionismo agrícola sobre as formulações liberais dominantes na virada do século XIX para o XX, esse intervencionismo crescente também foi observado pelos cientistas políticos Eduardo Kugelmas e Renato Perissinotto, embora este último traduzisse o fenômeno como efeito de uma progressão dos interesses corporativos da burocracia estatal sobre à sociedade civil, que teve o seu ápice na implementação da defesa permanente, suscitando a criação do Partido Democrático que seria o representante do capital cafeeiro diante do PRP que, por sua vez, era identificado com a oligarquia. Discordamos, entretanto, desta última tese, por entendermos que é possível demonstrar, a partir da reconstituição da trajetória do BCHASP/Banespa e da política econômica na qual estava inserido, que, além do protecionismo ter se mostrado como uma tendência mundial naquele período, em São Paulo, entre 1906 e 1926 assistiu-se a um acirramento

³² Carone, op. cit., 1972; Prado, Maria Lígia C, *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*, São Paulo, Ática, 1986.

da distinção de interesses existente no interior da classe dominante entre a parcela dos proprietários que se mantinha ruralizada e outra que diversificava seus investimentos nas mais variadas atividades do complexo cafeeiro.

Considerações finais

Tendo demonstrado em linhas gerais a evolução do BCHASP/Banespa, pontuando as transformações por que passou de 1909 até 1939, e tendo descrito o modo como evoluiu, desde 1897, os projetos de constituição de um banco agrícola, partimos para a demonstração de como o estudo do BCHASP/Banespa nos permite reconstituir um aspecto importante da política econômica, o crédito agrícola, e como este aspecto estava relacionado à política de valorização do café, sendo possível observar a existência de uma tendência da política econômica no sentido da constituição de mecanismos de protecionismo agrícola que de episódicos passam a permanentes na década de 1920.

Sua trajetória se insere num quadro de avanços e recuos dos projetos protecionistas no interior do Partido Republicano Paulista, tendo a atuação do Banespa na Defesa Permanente atraído forte oposição do comércio cafeeiro. Depois de 1929, principalmente depois de 1932, o Banespa assumiu cada vez mais a função de um banco de Estado – além de responsável pelo financiamento da política de defesa do café, sustentou o sistema de crédito durante a revolta de 1932, atuou como correspondente do Tesouro e assumiu a intermediação das operações de crédito nacionais e internacionais para o governo paulista – enquanto que as operações agrícolas foram perdendo importância relativa até ficarem circunscritas à sua Carteira de Crédito Agrícola, criada em 1936.

Referências bibliográficas consultadas

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. O café, riqueza paulista. *Boletim Paulista de Geografia*. v. 01, n. 23, p. 78-114, 1956.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o Porto do Café*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Banespa: 60 anos*. São Paulo: Banespa, 1986.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Brasília: Plenarium, 2006.

BARROS, Jacinto. *Credito agropecuario*. São Paulo: Salesiano, 1917.

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de Estado (1909-1939)

- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da república (de 1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- BELLO, José Maria. *História da república: 1889-1930 (Síntese de quarenta anos de vida brasileira)*. Rio de Janeiro: Simões, 1952.
- BEIGUELMAN, Paula. “A propósito de uma interpretação da história da República”. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 9/10, p. 247-263, 1966.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O Crédito Rural Público numa Economia em Transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965*. Campinas: Unicamp (Tese de doutorado), 1994.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. São Paulo: Queros, 1981.
- CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*, vol. 15, nº 2, maio/agosto de 1985.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da república (ideais, crenças e afirmações)*. S/l: Edição do Anuario do Brazil, 1924.
- CASALECHI, José Ênio. *As plataformas políticas dos candidatos à Presidência do Estado de São Paulo na Primeira República*. In: Boletim de Economia e História. Araraquara: ILCSE – UNESP, Ano 1, Número 1, março de 1978.
- CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo, 1986
- CARDOSO, Fernando Henrique. O café e a industrialização da cidade de São Paulo. *Revista de História*, v. 20, n. 42, p. 471-475, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Dif. Europeia do Livro, 1964.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. Hucitec, 1976.
- CORRÊA, Fábio R. C. "Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)". *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 143-165, 2012.
- CORRÊA, Fábio R. C. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo, 1906-1914*. São Paulo: FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 2014.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Os Bancos de Minas Gerais (1889-1920)*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1978.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Banco do estado: o caso BANESPA*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado), 1988.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- COSTA NETO, Yttrio Corrêa. *Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Banco Central do Brasil, 2004.
- DEBES, Célio. *Washington Luís: 1869/1924*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1994.
- DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- FALEIROS, Rogério Naques, NUNES, Ivanil, et al. “A Partir Da Defesa Permanente: O Serviço De Defesa Do Café Do Espírito Santo Entre 1927 E 1930”. In: *Anais do XLI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, 2014.

- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1977.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.
- FAUSTO, Boris. Expansão do Café e Política Cafeeira. FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: “O Brasil Republicano”. São Paulo: Difel, 1985.
- FAUSTO, Boris. Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica. *Novos Estudos Cebrap*, v. 27, 1990.
- FONT, Mauricio A. *Coffee and Transformation in São Paulo, Brazil*. Lexington Books, 2010.
- FONTANARI, R. *O Problema do Financiamento: Uma Análise Histórica Sobre o Crédito no Complexo Cafeeiro Paulista. Casa Branca (1874-1914)*. Franca: Unesp (Dissertação de Mestrado), 2010.
- FONTENLA, Vicente Paz. *Bancos (teoria e realidade)*. Rio de Janeiro: Atlas, 1944.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Arquivo Nacional: 1992.
- FRANCO, A. de Lacerda. *Estudos Sobre a Aplicação da Mutualidade ao Crédito Rural e Agrícola no Brasil*. São Paulo: Ed. Spindola, 1900
- FRITSCH, Winston. Aspectos da Política Econômica do Brasil, 1906-1914. In: Paulo NEUHAUS (coord.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- FRITSCH, Winston. Sobre as Interpretações Tradicionais da Lógica Política da Política Econômica da Primeira República *Revista de Estudos Econômicos*, v. 15, nº 2, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.
- GAMBI, Thiago Fontenlas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2010.
- GIANNOTTI, José Arthur. O ardil do trabalho. *Seleções Cebrap*, v. 2, 1973.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historio gráfico. *Revista Estudos Históricos*, 1989, vol. 2, no 4, p. 244-280.
- HANLEY, Anne G. e MARCONDES, Renato L. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos econômicos*. São Paulo, v. 40, n. 1, p. ,103-131, 2010.
- HOLLOWAY, T. H. *Vida e Morte do Convenio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. *Os subversivos da República*. Brasiliense, 1986.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco *A República: oposições e consolidação*. LAPA, J. R. do A. História Política da República. Campinas: Papyrus, 1990, p. 51-68.

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de Estado (1909-1939)

- JORDAO, Carlos. A Ação dos comissários de café in: *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1934.
- KUGELMAS, Eduardo. A Primeira República no período de 1891 a 1909. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. São Paulo: Pioneira Editora, p. 145-170, 1968.
- KUGELMAS, Eduardo *A Difícil Hegemonia: Um Estudo Sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP (tese do doutorado), 1987.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A primeira república: dimensões factuais. In: *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. São Paulo: Vozes, 1977.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo Brasiliense 1987.
- Lacerda, Joaquim Franco de. *Produção e consumo de café no mundo : situação econômica e financeira do Brasil; questões econômicas e sociais*. São Paulo: Typ. Industrial de São Paulo, 1897.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.
- LUZ, N. V. *A Luta pela Industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1960
- MARCONDES, Renato L. O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887). *Revista Brasileira de Economia*, v. 56, n. 1, p. 147-170, 2002.
- MARCONDES, Renato L. Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940). *América Latina en la historia económica*, 2014, vol. 21, no 3, p. 116-143.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- MELLO, João Manoel C. de. *O Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: 1888-1931*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, Maria Luiza Paiva Melo. *Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. São Paulo: FFLCH (Tese de Doutorado), 1988.
- MORAES, Maria Luiza Paiva Melo. *História dos bancos no Brasil*. Rio de Janeiro: s/n., 1975.
- PELAËZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906 – 1945. In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, 1971.
- PELAËZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- PEREIRA, Maria A. F. *Comissário de café no porto de Santos: 1870-1920*. São Paulo, 1980.
- PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- PERISSINOTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. Campinas: Unicamp/IFCH (Tese de Doutorado), 1997.

- PERISSINOTO, Renato M. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: Sugestões para pensar a década de 1920. In: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. LORENZO H. C. e COSTA, W. P. 1997. São Paulo: Unesp.
- PERISSINOTO, Renato M. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- PRADO, Maria Lígia C. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- RIBEIRO, Benedito e GUIMARÃES, Mário Mazzei. *História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil*. Pro-Service, 1967.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital – Light Versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1988-1927)*. Bauru: Edusc, 2010.
- SAES, Flávio A, M, de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986 (A).
- SAES, Flávio A, M, de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 – 1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986 (B).
- SAES, Flávio A, M, de. *Crescimento e consolidação do sistema bancário*. In: São Paulo na década de 1920. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil:(1888-1891)*. Paz e terra, 1985.
- SANCHES, Jefferson. “Política econômica e de ciência e tecnologia paulista para o café durante a Primeira República (1889-1930): ações complementares ou divergência de interesses? ”. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 100-114, 2015.
- SARETTA, Fausto. A política econômica na década de 1920. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. In: De Lorenzo, Helena Carvalho, Costa, Wilma Peres da (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 217-233.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
- SIMONSEN, Roberto C. *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial*. São Paulo: FIESP, 1943.
- SOARES, José Carlos de Macedo. Crédito e Café. In: DNC. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1934, pp. 329-30.
- Soares Júnior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo: Nacional, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução a revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1978
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de Estado (1909-1939)

SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. O processo político partidário da primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1977.

TELLES, Antônio de Queiroz. *Sistema adotado pelos fazendeiros de S. Paulo na venda de café*. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1934.

TORELI, L. Salman. *Defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na primeira república (1898-1920)*. Campinas: IE/Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2004.

TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: INC, 1941, v. 6-11.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Record, 1987.

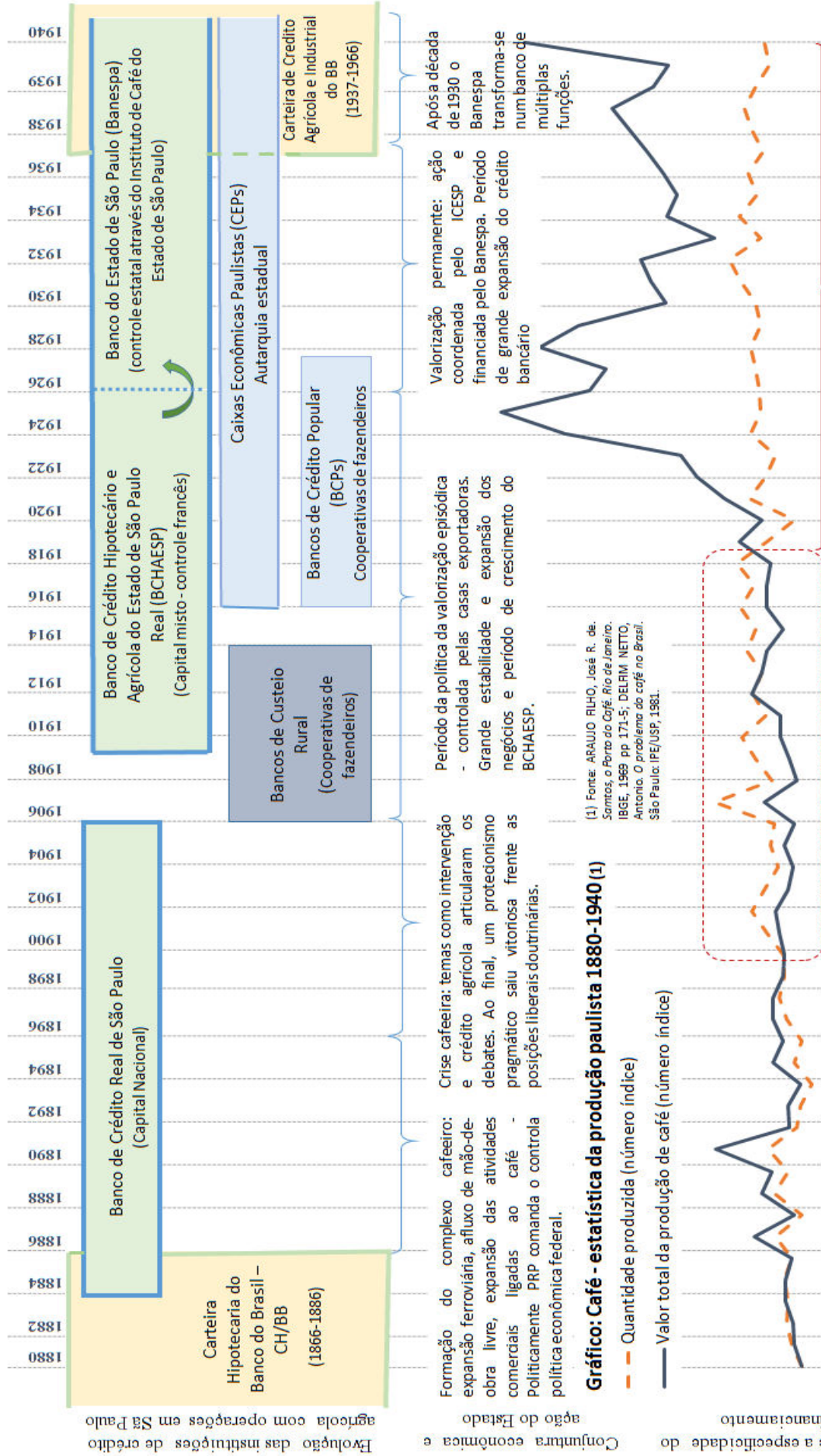
VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia/Universidade Federal Fluminense, 1987.

VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*.

XAVANTES, Ana Paula. *Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Campinas: Unicamp/IE (Dissertação de Mestrado), 2004.

ANEXO I

Quadro esquemático da evolução das instituições de crédito agrícola diante da conjuntura econômica e da política de governo (1880-1940)



Evolução das instituições de crédito agrícola com operações em São Paulo

Conjuntura econômica e ação do Estado

A crise e a especificidade do financiamento